



Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Atena
Editora
Ano 2020



Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

**Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)**

Atena
Editora
Ano 2020

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecário

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

- Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

- Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá

Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte

Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins

Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões

Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste

Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo

Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza

Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional

Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão

Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico

Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia

Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá

Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão

Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais

Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar

Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos

Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo

Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas

Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná

Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Vanessa Mottin de Oliveira Batista
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizadora: Luciana Pavowski Franco Silvestre

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências sociais aplicadas: as relações como meio de compreender a sociedade / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-474-0
DOI 10.22533/at.ed.740201610

1. Ciências sociais aplicadas. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco (Organizadora). II. Título.

CDD 301

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A Atena Editora apresenta o e-book “Ciências Sociais Aplicadas: As relações como meio de compreender a sociedade”. São ao todo vinte e um artigos que apresentam pesquisas relacionadas as áreas de turismo, educação, política, trabalho, desenvolvimento econômico e um artigo relacionado a política pública de assistência social e direitos socioassistenciais.

Os temas são abordados a partir de diferentes perspectivas teóricas, e os autores e autoras propõe-se a identificar e analisar as relações existentes entre as temáticas com elementos contextuais e aspectos territoriais, contribuindo para a realização de estudos, com uma perspectiva mais ampliada e aprofundada das relações presentes na sociedade brasileira.

Nos artigos em que o tema turismo foi abordado, identifica-se análises relacionadas com as manifestações culturais, o lazer, questões étnicas vinculadas a uma comunidade quilombola e desenvolvimento sustentável.

Na temática relacionada a educação, identifica-se a realização de pesquisas vinculadas a educação infantil e as universidades, bem como, entre este tema e os hábitos de leitura, violência física entre estudantes, contratação de pessoas com deficiência e inserção de pessoas com mais de 50 anos no ensino superior.

Os movimentos populares, os aspectos ideológicos, as relações com o meio ambiente e as urnas eletrônicas constituem os aspectos que fizeram parte das análises vinculadas a política.

Para finalizar, são apresentadas as pesquisas que trataram sobre os temas trabalho e desenvolvimento econômico. Os artigos apresentados analisam a relação com as atividades comerciais locais, capital improdutivo, precarização das relações trabalhistas, questões de gênero, marca e marketing.

Com esta breve apresentação é possível identificar a amplitude das análises e pesquisas que são apresentadas neste e-book. Esperamos que a leitura realizada possa contribuir para novas reflexões e outras aproximações sobre as relações presentes no atual contexto da sociedade brasileira.

Boa leitura a todos e a todas.

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

DOCUMENTAÇÕES E TURISMO: PROCESSOS E REGISTROS DE VIAGENS INTERNACIONAIS PARA BRASILEIROS

Carla Ferreira de Moraes

Leandro Gracioso de Almeida e Silva

Pollylian Assis Madeira

DOI 10.22533/at.ed.7402016101

CAPÍTULO 2..... 16

ESCALADA EM ROCHA COMO MANIFESTAÇÃO CULTURAL DE LAZER EM MONTES CLAROS/MG

Jarbas Pereira Santos

Marilda Teixeira Mendes

Michela Abreu Francisco Alves

Irene Menegali

Maria Auxiliadora Pereira Figueiredo

DOI 10.22533/at.ed.7402016102

CAPÍTULO 3..... 28

TURISMO ÉTNICO-CULTURAL NA COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PIQUI DA RAMPÁ, CONTRIBUINDO COM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, NA GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

Wilson de Carvalho Rosa Filho

DOI 10.22533/at.ed.7402016103

CAPÍTULO 4..... 42

PANORAMA DA EVOLUÇÃO DOS *ADVENTURE GAMES*

Camila Brandão Bisson

Leonardo Antonio de Andrade

DOI 10.22533/at.ed.7402016104

CAPÍTULO 5..... 68

PCDS A DEMANDA PRESENTEADA: UMA ANÁLISE DO CENÁRIO DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRAÇÃO, DIANTE UM CENÁRIO DE EDUCAÇÃO

Daniel Andrei Rodrigues da Silva

Tamara Wildner

Tatiane Barichello Zorzo

DOI 10.22533/at.ed.7402016105

CAPÍTULO 6..... 77

DIREITO E EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM INTERDISCIPLINAR

Fabrine Antonello

Jaqueline Antonello

DOI 10.22533/at.ed.7402016106

CAPÍTULO 7..... 86

**HÁBITOS DE LEITURA E COMPREENSÃO DE RÓTULOS DE ALIMENTOS:
UMA AVALIAÇÃO EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS**

Carina Carvalho Novaes
Géssica Coelho Alencar
Maria Carolina Barros Costa
Marianne Louise Marinho Mendes

DOI 10.22533/at.ed.7402016107

CAPÍTULO 8..... 94

**AS NARRATIVAS NOS LIVROS DE OCORRÊNCIAS: UMA ANÁLISE DAS
PRÁTICAS DE VIOLÊNCIA FÍSICA ENTRE OS ESTUDANTES**

Sergivano Antonio dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7402016108

CAPÍTULO 9.....118

**A UNIVERSIDADE PARA QUEM TEM MAIS DE 50 ANOS: UM ESTUDO DE CASO
EM UMA IES DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, BRASIL**

Juciele Marta Baldissarelli
Adelcio Machado dos Santos
Monica França dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.7402016109

CAPÍTULO 10..... 130

**DOM JOSÉ RODRIGUES: SEU PAPEL POLÍTICO E EDUCATIVO JUNTO ÀS
CAMADAS POPULARES NO BOLETIM “CAMINHAR JUNTOS”**

Jônatas Pereira do Nascimento Rosa
Edonilce da Rocha Barros
Andréa Cristiana Santos

DOI 10.22533/at.ed.74020161010

CAPÍTULO 11..... 144

**A MILITÂNCIA COMO MANDAMENTO OU EXISTE POSSIBILIDADE
DE VISÕES PLURAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA? APONTAMENTOS
PRELIMINARES**

Manoel Adir Kischener
Everton Marcos Batistela
Airton Carlos Batistela
Mariza Rotta

DOI 10.22533/at.ed.74020161011

CAPÍTULO 12..... 160

**AMAZÔNIA: AS NUANCES COMUNICACIONAIS AOS OLHOS DA ESTRATÉGIA
ELEITORAL/GOVERNAMENTAL DE JAIR BOLSONARO E EMMANUEL
MACRON**

Gustavo Koetz Vaccari
Roberto Gondo Macedo

DOI 10.22533/at.ed.74020161012

CAPÍTULO 13..... 174

A LOGÍSTICA NO SETOR PÚBLICO: O CASO DAS URNAS ELETRÔNICAS NA JUSTIÇA ELEITORAL DO AMAZONAS

Karina Lopes Cidade

Marcos Carneiro da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74020161013

CAPÍTULO 14..... 189

COLONIALIDADE E PRÁTICAS ALIMENTARES NO GOVERNO DE JANARY NUNES

Lúcia Tereza Ribeiro do Rosário

Antônio Sérgio Monteiro Filocreão

DOI 10.22533/at.ed.74020161014

CAPÍTULO 15..... 197

O MARKETING DE RELACIONAMENTO E CONSTRUÇÃO DE SIGNIFICADO DE MARCA.

COMPLEXIFICAÇÃO CONCEITUAL E NOVOS COMPORTAMENTOS DE CONSUMO

Guaracy Carlos da Silveira

Fernando Augusto Carvalho Dineli da Costa

DOI 10.22533/at.ed.74020161015

CAPÍTULO 16.....211

CRESCIMENTO ECONÔMICO, UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL

Railson Marques Garcez

DOI 10.22533/at.ed.74020161016

CAPÍTULO 17..... 224

A INCLUSÃO DE UMA MICROEMPRESA NO MERCADO BAGEENSE ATRAVÉS DA PESQUISA DE MERCADO

Hallana Pereira Ortiz

Vinícios Oliveira da Rosa

Aldemi Silveira Leon

Lóren Formiga de Pinto Ferreira

DOI 10.22533/at.ed.74020161017

CAPÍTULO 18..... 240

O CÂMBIO NA TRÍPLICE FRONTEIRA BRASIL-COLÔMBIA-PERU E SEUS REFLEXOS NA ATIVIDADE COMERCIAL LOCAL

Giselly Mayara Mesquita de Paiva

Nicolas Andretti de Souza Neves

Ronaldo Cardoso da Silva

DOI 10.22533/at.ed.74020161018

CAPÍTULO 19..... 254

O EMPREGO DOMÉSTICO E AS RELAÇÕES DE GÊNERO NO MUNDO DO

TRABALHO: O EMPODERAMENTO DAS MULHERES E A BUSCA DA IGUALDADE

Elaine Aparecida Fonsêca Tavares

Maria Olímpia de Jesus Sousa

Soraia Veloso Cintra

Luciene da Silva Pereira

DOI 10.22533/at.ed.74020161019

CAPÍTULO 20..... 265

A ERA DO CAPITAL IMPRODUTIVO: UMA RESENHA CRÍTICA

Marcus Vinicius Gomes Pereira

DOI 10.22533/at.ed.74020161020

CAPÍTULO 21..... 277

ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS SOCIOASSISTENCIAIS: O MUNICÍPIO DE CACHOEIRA/BA

Heleni Duarte Dantas de Àvila

Jucileide Ferreira do Nascimento

DOI 10.22533/at.ed.74020161021

SOBRE A ORGANIZADORA..... 287

ÍNDICE REMISSIVO..... 288

CAPÍTULO 11

A MILITÂNCIA COMO MANDAMENTO OU EXISTE POSSIBILIDADE DE VISÕES PLURAIS NAS AULAS DE HISTÓRIA? APONTAMENTOS PRELIMINARES

Data de aceite: 01/10/2020

Data de submissão: 13/07/2020

Manoel Adir Kischener

Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Maringá, PR
<http://lattes.cnpq.br/0700002710041949>

Everton Marcos Batistela

Universidade Tecnológica Federal do Paraná
(UTFPR)
Dois Vizinhos, PR
<http://lattes.cnpq.br/8011976316738390>

Airton Carlos Batistela

Universidade Estadual do Oeste do Paraná
(Unioeste)
Francisco Beltrão, PR
<http://lattes.cnpq.br/6355946068533113>

Mariza Rotta

Universidade Comunitária da Região de
Chapecó (Unochapecó)
São Lourenço do Oeste, SC
<http://lattes.cnpq.br/1261989172809832>

Este capítulo foi apresentado como artigo completo no VIII Congresso Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais Aplicadas (VIII CONAPE), realizado na Unioeste, câmpus de Francisco Beltrão, nos dias 1º e 2 de outubro de 2019. Para esta versão, que contém pequenas modificações, foi acrescido um autor que contribuiu nestas.

RESUMO: Objetiva-se trazer apontamentos a respeito das diferentes possibilidades que o professor de História pode apresentar para

além da ideia de militância à “esquerda” ou à “direita”, como se mandamento. A pluralidade de enfoques, os mais diversos e mesmo conflitivos, poderá fomentar o diálogo e a acolhida ao conhecimento entendido aberto sobre as “verdades da história”, o que de alguma forma, estimulará a participação e percepção do sentido de pertença por parte dos alunos já que poderão se aproximar ou vislumbrar o sentido da própria história nas diferentes temporalidades que podem estar contidas a partir destes na sala de aula. Existe uma armadilha entre “as diversas visões” e “o condicionamento”? Há como sair? Refletir sobre a prática docente na História pode contribuir para uma educação que se afaste das certezas, possibilitando a formação cidadã ao aluno, alheia às ideologizações que mais servem a quem escreve para pares, mas que acaba por formar (ou formatar?) o futuro professor de História ainda na Universidade. A proposta se ampara principalmente na vivência do primeiro autor como professor e por ser pouco analítica exigirá aprofundamento.

PALAVRAS-CHAVE: Pluralidade histórica. Sentido de pertença. Apontamentos.

MILITANCE AS A COMMANDMENT OR IS THERE A POSSIBILITY OF PLURAL VISIONS IN HISTORY CLASSES? PRELIMINARY NOTES

ABSTRACT: The objective is to bring notes about the different possibilities that the History teacher can present in addition to the idea of activism on the “left” or on the “right”, as if commanded. The plurality of approaches, the most diverse and even conflicting, may foster dialogue and

welcome knowledge understood open about the “truths of history”, which in some way, will stimulate the participation and perception of the students’ sense of belonging since they will be able to approach or glimpse the meaning of the story itself in the different temporalities that may be contained from these in the classroom. Is there a trap between “the different views” and “conditioning”? Is there a way out? Reflecting on the teaching practice in history can contribute to an education that moves away from certainties, enabling citizen education to the student, oblivious to the ideologizations that most serve those who write to peers, but that end up forming (or formatting?) The future teacher of History still at the University. The proposal is based mainly on the experience of the first author as a teacher and because it is not very analytical it will require further study.

KEYWORDS: Historical plurality. Sense of belonging. Appointments.

1 | INTRODUÇÃO

Tem-se a hipótese que a escrita da história tem privilegiado sujeitos, atores e/ou indivíduos (seja como a teoria utilizada entender e nominar) que até fazem a história, mas ainda o são aqueles vistos como protagonistas, que detêm espaços de poder privilegiados e que podem “ver” mais que outros, seus colegas de agouro (como seria o caso de acampados em luta pela terra em relação às lideranças) e, por isso, mais atraentes que ficam aos olhos dos pesquisadores ávidos por comprovar suas presunções (não testadas a exaustão e na realidade empírica) e sua teoria (nesse caso, entrevistarão os líderes apenas).

Aqueles outros (os acampados desprovidos da representatividade e/ou dissociados da militância mais entranhada, a que exige pudor político-partidário, como a dos profissionais do MST¹), as testemunhas do processo histórico, do desenrolar da peleja cotidiana, do viver a mesma vida e com esperança vaga (pois disso o pobre não se priva) são preteridos e, salta à narrativa aquela história generalizante, apática e sem vitalidade sob o olhar do partícipe, mas não protagonista.

É uma forma de escrita da história. Mas não é uma escrita sensível. É como se existisse a história dos protagonistas e a história daqueles que a testemunham, mas nela não estão.

Junto a esta certa falta de sensibilidade – enquanto uma hipótese para esta escrita – para com grande parte daqueles que vivenciam os processos históricos, esta outra vista, também empobrecida e complementar à já exposta, que é a da perspectiva da luta de classes. Nesta são protagonistas apenas os sujeitos que cabem dentro da dicotomia conflitiva do que se espera ver, na teologia de sempre, burgueses *versus* proletários, como que tal simplificação da realidade pudesse dar conta da imensidão, da diversidade daqueles que sofrem as consequências da vida

1 Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

e, também do desvirtuamento destas análises caolhas.

Aqui, se atente, não se desconsidera a importância desta perspectiva em uma luta política, como para os movimentos sociais e os partidos políticos.

Partindo destas premissas e destas visões de mundo e da história, muitos cravarão que, todo professor de história é de “esquerda” ou de “direita”. Mas o são?

Se se pensar a partir da perspectiva de esquerda, o que é ser de esquerda hoje?

Grosso modo, descontentar-se e adotar postura não resignada com as injustiças sociais, que é, em primeira instância, uma condição moral, agir dentro de uma perspectiva que possa contribuir para dirimir a desigualdade e, dentro das possibilidades, possibilitar ao menos, o sonho da mobilidade social ao aluno, e que esta seja possível a partir da educação, fugindo do ensino que vê a história de forma teleológica, triunfalista ou mesmo trágica.

Não que não ocorram relações de dominação e resistência, e nisso a teoria da luta de classes tem sentido.

Assim sendo, o professor de História que adotar tal postura em sua prática necessariamente deverá se fechar em uma teoria só, naquela vista como “a mais de esquerda”, a mais “marxista” possível ou a “liberal”, segundo parece defender aquilo que entendem alguns deputados eleitos no último pleito que se dizem a “nova esquerda”? A respeito de teoria, Pedro Demo afirma que “[...] nada é mais conservador do que teorias radicais sem prática ou do que práticas sem teoria” (DEMO, 2017, p. 72).

Ao comentar a respeito de mito e realidade no planejamento social, daqueles que se dizem envolvidos e inclinados a estar ao lado dos mais pobres, em perspectiva de mais ação (para além da mera escrita, como tem caracterizado a da História), Pedro Demo afirma que são muitos os golpes “[...] todos técnica e cientificamente bem-fundados” que podem se abater sobre comunidades que recebem ação social de verve dita acadêmica, sendo que uns vagueiam perdidos na ilusão das “grandes teorias” que, a tudo explicam, outros, no “ativismos baratos”, assim uns ficam “[...] de um lado, teóricos incorrigíveis, que fazem teoria da participação discutindo de longe a participação dos outros; de outro, técnicos mais pedestres, curtindo a farofa de cada dia, na ilusão de compadrio comunitário, forçando identidades apressadas” (DEMO, 2017, p. 68 e 72).

Uma hipótese a respeito do que leva a muitos ditos como analistas a rotular os professores de História como “de esquerda” (e acredita-se, a maioria assim se vê, já está no senso comum da categoria): é a emergência (ou a imposição?) do politicamente correto conjuntamente com a ascensão dos movimentos sociais (no Brasil, aqueles pós-redemocratização), o que leva a espécie de condicionante do pensamento único.

Os movimentos sociais com suas reivindicações justas numa sociedade desigual afinaram sua fala política em nome de uma perspectiva de reparação, quase como de vingança da História, donde se institui o entendimento dicotômico da vida social, do *nós* em oposição aos *outros*, para isso, se vale do arrazoado teórico antes exposto, só que extremamente vulgar, como o de certas tendências do marxismo.

Outra hipótese: da pobreza desta concepção de política se avolumam no cenário político da contemporaneidade, e se o é para reparar, faz-se tábula rasa para o que o grosso da sociedade vive e, acostumada está (e mesmo com preconceito, não se nega isso, mas o brasileiro é em geral, negacionista) donde se transforma em pecado capital tudo que destoar das concepções societárias que emancipam apenas alguns.

Estes são as minorias (mesmo que estas, muitas vezes, são privilegiadas e são parcela ínfima da população que acredita ou é induzida a crer que a luta é por todos, para todos), efetivamente lutas por parte da sociedade, e não pela emancipação humana², como o próprio Marx denunciou (1978).

Com isso, o pensamento único se impõe e, mesmo o sujeito social do professor de História se assumindo em sala, com postura progressista e inclinado a realidade do aluno não será visto como “de esquerda”, demonstrando que há extrema fragmentação e luta por aquilo que se entende como “de esquerda”, mesmo entre os professores de História.

Mas existe um método único?

Pensando apenas na forma antes exposta, sim.

Mas em sala de aula, na pluralidade de sujeitos sociais, das mais diversas origens possíveis com as mobilidades e deslocamentos geográficos de pessoas mundo afora e mesmo dentro das próprias regiões (em busca por melhores condições de trabalho, por exemplo), comunidades (uma rural deslocada e reassentada, por obra de barragem seria um caso), etnias (pessoas do mesmo país, em situação de refugiados, como os venezuelanos na atualidade), enfim.

E mesmo dentro da mesma localidade, do mesmo bairro, será possível perceber aqueles que, portadores de sociabilidade dupla ora se escondem ora se revelam, de acordo com as circunstâncias e daquilo que é possível barganhar na luta pela sobrevivência.

Este seria o caso de colonos, e mesmo indígenas nas cidades, muitas vezes forçados a ocultar sua origem, identidade e mesmo tradição, sob pena das privações

² *“Toda emancipación consiste en reabsorber el mundo humano, las situaciones y relaciones, en el hombre mismo. [...] Sólo cuando el hombre real, individual reabsorba en sí mismo al abstracto ciudadano y, como hombre individual, exista a nivel de especie en su vida empírica, en su trabajo individual, en sus relaciones individuales; sólo cuando, habiendo reconocido y organizado sus ‘fuerzas propias’ como fuerzas sociales, ya no separe de sí la fuerza social en forma de fuerza política; sólo entonces, se habrá cumplido la emancipación humana”* (MARX, 1978, p. 200-1).

identitárias que se amparam em visões reducionistas de um multiculturalismo que só vale para aqueles “mais excluídos” do que os demais, os que estão na moda de defesa dos intelectuais, pretensamente à esquerda, politicamente falando, que muitas vezes esquecem de excluídos ao seu redor pela defesa mais valorativa moralmente, dos de fora.

Estas situações todas demandam a pluralidade de métodos, as mais diversas estratégias para desvelar mesmo os ocultamentos, intencionais, da realidade social.

Estas são questões postas, que poderiam ser em maior número considerando o enfoque, a forma que o professor de História possa se aperceber deste debate, mas que cabe de feito introdutório e provocativo.

Antes de tudo, é intencional o que aqui se expõe e, objetiva-se trazer apontamentos a respeito das diferentes possibilidades que este professor pode apresentar em sala de aula para além da ideia de militância como espécie de mandamento, como impera em alguns cursos de graduação e mesmo em sala de aula na Educação Básica.

Esta é escrita que se beneficia da experiência do primeiro autor em sala de aula e na observação, enquanto aluno, de cursos de pós-graduação (em nem todos os que participou, que se registre), onde nem sempre se pôde expor o que se sentia, sob pena de, se desvirtuado da teoria instituída como a mais completa, sofrer as consequências do ostracismo, se ficar nisso só (quem se arrisca?!).

Por si só esta prática demonstra a falta de abertura que há em alguns cursos, quando muito a *diversidade permitida* cabe dentro de uma única perspectiva teórica, mormente aquela que comunga o organizador da disciplina que, por sua vez, se não destoa da ementa desta aponta um abismo ainda maior, pois privilegiou-se, nestes casos, desde o início, pela ausência de pluralidade de pensamento.

A pluralidade de pensamento é condição, em nosso entender, imprescindível à formação humana, ainda mais daqueles que adentrarão as salas de aula de História.

2 | A HISTÓRIA POSSUI “DOIS LADOS”?

Será a História possível em não-historiadores?

Nos parece que sim, desde que, com a crítica que todo professor de História se vale (e arroga-se a esta condição, muitas vezes, como acima das demais áreas do conhecimento), pois são obras de cunho mais popular, com boa escrita, então acessível, não carece de fontes empíricas, tratam de temas relevantes e, ao mesmo tempo curiosidades que, de alguma maneira, poderão prender o leitor, mais do que a leitura habitualmente considerada acadêmica, portanto, mais truncada.

Acaba que são os pormenores, os detalhes, as curiosidades, aquilo que foge

à risca do grande livro, da obra acadêmica, da tese, do que é produzido pelo que o fez pela titulação, apesar de que, muitas vezes, também a partir de referenciais bibliográficos apenas, como as obras mais populares sugeridas neste texto.

Provavelmente, a busca por perspectiva menos ideologizada de escrita, em que se trate do tema sem o intento de levar as ideias do historiador antes e, sim do contexto e tema que analisa, de outro modo, também obras que tratem de temas para além do politicamente correto, donde todos são vítimas em potencial e a sangradura da História, com a perspectiva de vingança, tem dominado.

Para a escrita da História vale a mesma regra ou temos, nós os historiadores, que se apegar ao formalismo do método e pouco importa se terá aceitação popular? Pode-se considerar enquanto possibilidade didática em sala de aula obras de não-historiadores?

Segundo Emmanuel Levinas:

Su verdad primera es de orden metodológico. Expresan cierto estado de investigaciones en las ciencias humanas. Una preocupación de rigor vuelve desconfiados a psicólogos, sociólogos, historiadores y lingüistas frente a un Yo que se escucha y se palpa, pero sigue estando sin defensa contra las ilusiones de su clase y los fantasmas de su neurosis latente. Un formalismo se impone para domesticar la proliferación salvaje de los hechos humanos que, abordados en su cotenido, nublan la vista del teórico; un formulismo que se impone para medir la certeza del saber, más seguro de los límites de sus axiomáticas que de cualquier axioma (LEVINAS, 2009, p. 112-3).

Neste sentido, um outro axioma se impõe.

O conhecimento de história é urbano apenas?

Óbvio que não.

Mas é o que tem prevalecido, pois não se leva em conta que “[...] *el historiador se pone en la posición del otro sin tomar su lugar ni convertirse en su sustituto y sin sentirse autorizado a hablar con su voz*” (LACAPRA, 2006, p. 95), sem se ressocializar muitos professores se arrogam a condição de levar a civilidade, aquilo que entendem ser o correto, ainda mais naquelas populações vistas como prenes de revolução, como tem sido o caso das rurais (agora é o camponês e não mais o operário), como os alunos da Educação do Campo, que cresceu o “do Campo” sem ser significativa na mudança e nem na proposta àqueles alunos, como se atestou na própria prática e observância do primeiro autor como professor nesta área recentemente.

Ainda assim, pode-se fazer essa relação, que ocorre como um *roubo da história*³, como entende Goody (2011), quando esta narrativa advém apenas das

³ “El título ‘robo de la historia’ alude a la apropiación de la historia por parte de Occidente. Es decir, el pasado se conceptualiza y presenta según lo que ocurrió a escala provincial en Europa, casi siempre en la Europa occidental, y que luego se impuso al resto del mundo. El continente europeo presume de haber inventado

idades?

É possível sair das lutas necessárias e urgentes de nosso tempo, que estas não condicionem de todo a aula diária? E que não impomos nosso teórico àquilo que o aluno traz? Muitas vezes, o que de bagagem cultural tem este, por exemplo, associada à sua religiosidade, é desconstruída pela autoridade do professor que se baseia em teórico que sequer foi confrontado com a realidade dos primeiros.

Em meio a um mar de desgraçados e desesperançados, é possível ver sentido ou pensar em algum que possa se aproximar da vida e percepção da história por parte do aluno?

Talvez. Pois, “*La historia, sea la de un ser vivo o la de una sociedad, no podrá jamás ser reducida a la sencillez monótona de un tiempo único, que ese tiempo introduzca una invariancia o que trace los caminos de un progreso o de una degradación*” (PRIGOGINE e STENGERS, 2004, p. 304).

Pode-se pensar que existe espécie de armadilha entre “as diversas visões” do conhecimento histórico e humano, pois são impedidas (silenciadas, pelo menos) e “o condicionamento” a que os alunos, na graduação, são impostos e, depois passam a se valer enquanto professores até na Educação Básica?

Se a resposta for afirmativa, há possibilidades para descentralizar a militância que tem se instituído como espécie de mandamento nas graduações de História?

2.1 Existe uma armadilha entre “as diversas visões” e “o condicionamento”?

Há espécie de silenciamento de versões da História, em privilégio de outras e, entre as apostas (escolhas conscientes dos pesquisadores e, neste caso, dos professores de História, em sala de aula) por passar adiante uma em detrimento de outras?

A respeito de “diversas visões” na História, Saes e Saes (2013) oferecem ilustrativo exemplo de como é possível mostrar as inúmeras possibilidades teóricas existentes e que podem ser discutidas/criticadas, por exemplo, da História Econômica enquanto disciplina (ver, em especial o trecho p. 3-31).

Mas se há o silêncio em relação a uma visão em detrimento de outras, qual a razão fundante desta postura, por assim dizer?

Isso poderá ser fruto de sua militância, daquilo que absorveu enquanto formação, aceita ou não, mas frente as condições que muitas vezes são impostas, quando a avaliação é usada para manter espécie de consenso ou da percepção do que é qualidade, próximo ao entendem Frigeri e Monteiro (2014)⁴, pois aos alunos

una serie de instituciones portadoras de valores como la ‘democracia’, el ‘capitalismo’ mercantil, la libertad y el individualismo. Sin embargo, estas instituciones existen también en otras muchas sociedades humanas” (GOODY, 2011, p. 7).

4 Ao afirmar que há mais de uma visão ou percepção do que se entende por um trabalho (artigo) que possui qualidade, Frigeri e Monteiro (2014) citam como a entendem os editores, os autores e as agências de fomento;

resta a aceitação do enfoque, do entendimento, dos autores, do “recorte” (que é a expressão usada muitas vezes para se justificar a “escolha” de temas e métodos a ser tratados em determinadas disciplinas) que o professor faz.

Com isso, optando, também, por não criticar o processo de avaliação próprio, quem dera de sua prática em outras instâncias, como nas escolhas já apontadas.

No entendimento de Pedro Demo, todo processo de avaliação pode ser injusto, incômodo, incompleto, facilmente autoritário e excludente, humilhante, insidioso e ideológico. Quanto a este último aspecto, o autor afirma que

[...] não se pode camuflar a relação de poder entre avaliador e avaliado; por maior boa vontade do avaliador, acaba não escapando de propensões que mais cedem ao contexto de poder, do que ao contexto da aprendizagem; por vezes, busca-se fugir disso através de “avaliações objetivas” (que resultam geralmente em mensuração rasa de domínio de conteúdos), mas isto é apenas metáfora: este tipo de avaliação acomoda-se melhor às expectativas de mensuração, não à riqueza transbordante da dinâmica da aprendizagem (DEMO, 2004, p. 57-8).

Neste sentido, entre o avaliar, nas disciplinas mais práticas e, que exigem escrita e os seminários (nos parece que prevalece apenas estes dois tipos de avaliação nas graduações, em alguns casos com alguma variabilidade no modo de realização, conforme o ânimo do professor) em sala de aula, prevalece as escolhas deste último sobre as do aluno (que muitas vezes sequer é convidado a opinar).

E a questão da subjetividade do aluno, como será tratada?

E o conteúdo que se deve levar adiante, apesar de todas as outras cargas e obrigações que a gestão da educação impõe e que o ensino de História têm sido obrigado a absorver em tempo mínimo, às vezes, de uma aula por semana?

Nos casos de correção de avaliações escritas, a elaboração de artigos ao final do semestre, por exemplo, é muito comum passarem-se meses (em alguns casos não ocorrerá retorno mesmo) para a devolutiva do professor, a respeito da nota recebida, entregue aos “48 do segundo tempo” como se diria no jargão futebolístico, não sem pressão do aluno sobre a secretaria do curso que tem de explicar o “sumiço” do professor que não posta/divulga a nota nos prazos pré-estabelecidos.

Poderá ocorrer caso deste mesmo professor universitário possuir publicação acadêmica com *conselhos metodológicos* aos colegas menos vistosos da Educação Básica, na salada teórica que todos palpitam e menos praticam e, todos desejam resolver os problemas da Educação Básica.

Retomando, nestes dois tipos de avaliação (a escrita e os seminários) é a prática do professor que condiciona o aluno a aceitar as regras do jogo.

destas cita-se a segunda, que corrobora o entendimento desejável no parágrafo: “[...] dos autores: que possuem a mesma visão dos editores, incluindo como periódicos de qualidade **aqueles que publicam trabalhos de autores conceituados em sua área**” (FRIGERI e MONTEIRO, 2014, p. 183, ênfase acrescida).

Deixando pouco espaço a crítica desta avaliação, aos mais corajosos, quando acontece de reclamar da nota que se recebeu, muitas vezes esta reivindicação cai em espécie de “comissão de pares” que deve pressionar o professor em crítica, ao final até se recebe a nota, mas poderá ganhar a antipatia do professor que agora se sente diminuído em sua autoridade, o que efetivamente não é bom para o aluno que, em alguns casos, terá que reencontrá-lo em outra disciplina no próximo semestre.

E quando ocorrem disciplinas ainda mais práticas ou aquelas de efetivo ensaio de pesquisa a campo?

Ocorre pouca liberdade nas escolhas do artesanato metodológico, quiçá nos objetos e temas de pesquisa, que, normalmente, estarão dentro da linha do professor da disciplina (até poderá se valer destes apanhados para sua futura escrita de artigos e livros, alimentando o *Lattes*, o que no mínimo entra a questão se é ético ou não).

A esse respeito, talvez se possa trazer o pensamento de Celso Furtado a respeito da liberdade, quando o autor afirma que “A liberdade humana projeta-se, evidentemente, num plano epistemológico que escapa às ‘leis naturais’ explicativas de uma realidade *a priori reduzida* segundo as exigências dos métodos da ciência” (FURTADO, 2008, p. 206, ênfase no original).

Neste sentido, como sairá o aluno do condicionamento de objetos, métodos na pesquisa, e forma de “dar aula”, autores-chave, as próprias leituras direcionadas como recursos a fundamentação destas?

Nestes casos, existirá possibilidades efetivas de liberdade (de escolha) para sair da armadilha entre “as diversas visões” e “o condicionamento” que aquele professor impõe?

Para estes casos, não citando aquelas ocasiões que, infelizmente não são tão incomuns, de constrangimento pela autoridade (aqui se entende títulos, o professor é “Doutor” na área, o aluno é o “sem luz” como dizem os críticos desta palavra, mas que insistimos em utilizá-la) em sala de aula, nos eventos científicos, quando no púlpito de uma mesa coordenadora se comente autoritarismos que, frente o público e, até pelo despreparo para essa espécie de arena que se impõe de susto sobre o aluno, este pouco reage, se é que assim proceda.

Com isso, se perde tempo e local para exercício efetivo da aprendizagem, mas aquela que não vê títulos e não se vale de autoritarismo, que apenas centra-se na troca, respeitando os espaços-tempos de estar/ser de cada um.

Mas será que estamos, enquanto professores, realmente preocupados em uma formação ampla, que contemple a possibilidade da diversidade de enfoques, que o aluno possa, depois de instrumentalizado e no trânsito entre as diferentes, enfim escolher ou construir a sua própria teoria e pegar gosto pelo fazer ciência sem peias e mordidas?

2.2 Possibilidades para descentralizar a militância como mandamento

Na experiência do primeiro autor em ser banca de cursos de pós-graduação a distância, especializações, onde também orientou e atuou como tutor, obteve ganhos de aprendizagem com pessoas que somam, mas também a percepção do grau de ideologização a que se pode chegar casos de alguns destes cursos.

Certa feita, como banca, passada esta etapa recebeu e-mail de um aluno agradecendo pela aprovação, ao qual respondeu e perguntou o que havia pensando, se havia contribuição no parecer e nas sugestões no corpo do próprio texto do aluno (em comentários) que havia sido enviado ao seu orientador para que lhe repassasse, como é de praxe nestes casos, ao menos quando se espera fazer ciência e não ideologia.

O que o aluno lhe respondeu?

“Não vi parecer, ele falou que eu poderia imprimir porque não teve nenhuma solicitação da banca”⁵, obviamente não divulgará os nomes dos envolvidos, mas sugere uma ideia do rumo que se pode tomar quando o professor optar por levar ao seu aluno apenas o seu ponto de vista.

Ao agir desta forma os ritos do fazer ciência se tornam mero formalismo, a escrita do parecerista e as reflexões que este fez, o trabalho no arrolar sugestões bibliográficas, a verificação se os passos básicos do método estão contidos no texto, a espinha dorsal da escrita etc. acabam sendo descartados pela patrulha daqueles que se preocupam em manter o reflexo de uma ciência, pois assim o é, mostrando uma realidade alterada, que serve aos propósitos políticos de quem a sustenta e trata com descaso o dinheiro público, afinal era um curso financiado.

Que possibilidades de reflexão ao encontro do que sugere o título deste subitem são possíveis?

O quanto o aluno orientado poderia ter acrescido ao seu trabalho?

Quais seriam os ganhos para a sociedade se se formasse um aluno (futuro professor) que pudesse considerar e lançar mão das mais diversas alternativas para a docência e mesmo o entendimento das temporalidades históricas várias que podem existir na vida de seus alunos cotidianamente em sala de aula?

Esta quantificação talvez seja desnecessária.

Mas em se tratando da perspectiva que prioriza a abertura ao diálogo e o recrudescimento a ideia de certezas, apesar da pluralidade que pode caracterizar as orientações dos envolvidos em uma banca (em geral o orientador e mais dois professores avaliadores, como pareceristas, que são convidados) os ganhos em

⁵ A partir desta revelação, o primeiro autor escreveu aos demais alunos que havia sido banca de seus trabalhos. Um outro respondeu: “Conversei com o meu orientador e ele não me informou sobre seu parecer. afirmou que o TCC foi aprovado”. Mas teve um aluno que retornou positivo, que o orientador havia lhe repassado o parecer, e agradeceu por isso. O que o levou aquele orientador a fazer isso, com apenas com alguns de seus alunos? Será que as orientações sugeridas eram mais contundentes e dispares de sua linha ideológica?

sugestões, novos autores ou mesmo clássicos, o olhar de fora (muitas vezes quem escreve, acostumado que está ao próprio texto, cansado, não percebe erros básicos), seriam críveis.

O que o professor orientador poderia ter feito?

O papel do orientador, como autoexplica a própria palavra é orientar, e talvez o texto “Que significa orientar-se no pensamento?” de Immanuel Kant forneça pistas aos orientadores mais ideológicos, que esquecem a tarefa básica.

Segundo o autor

Por mais alto que apliquemos nossos conceitos e, com isso, por mais que façamos abstração da sensibilidade, contudo a eles estão sempre ligadas representações *da imaginação*, cuja função própria consiste em torná-las – elas que não são derivadas da experiência – capazes de servir para o *uso da experiência*. Pois, como conseguiríamos dar sentido e significação também aos nossos conceitos se não tivessem subjacente alguma intuição (que afinal deve ser sempre um exemplo tomado de alguma experiência sensível)? (KANT, 1985, p. 70, ênfase no original).

Frente a isso, pode-se entender que há outras formas (e que devemos valorizar) de produção e acesso ao conhecimento, como entendem Leite e Filho e Martins (2006)?

[...] passou-se a valorizar, cada vez mais, a cultura escolar, os saberes e as práticas educativas, desenvolvidos em diferentes lugares por docentes e outros atores do processo educativo. Essa foi uma conquista importante porque reafirmou, entre nós, a concepção de que ensinar História não é apenas repetir, reproduzir conhecimentos eruditos produzidos noutros espaços: existe também uma produção escolar (SILVA e FONSECA, 2010, p. 14).

Mas como efetivamente valorizar esta cultura e produção escolar se antes dela há uma militância centralizada a partir das imposições metodológicas do professor sobre o futuro colega quando ainda na graduação deste último e sobre o qual recai o autoritarismo das escolhas, das formas e da *maneira acadêmica* do primeiro?

A despeito da força e do poder diretriz dos currículos prescritos, precisamos atentar para o fato de que as disciplinas não são meros espaços de vulgarização de saberes, nem tampouco de adaptação, transposição das ciências de referência, mas são produtos dos espaços, das culturas escolares e mesmo inclusivas. Os professores têm alguma autonomia ante as demandas do Estado, da sociedade e dos meios de comunicação; assim, podem questionar, criticar, subverter os saberes e as práticas no cotidiano escolar. Perpassando os currículos prescritos e os vividos nas aulas de História há diversas mediações entre os sujeitos (alunos e professores), saberes de diferentes fontes (livros didáticos, fontes de época, imprensa, textos,

filmes, literatura e outros), práticas institucionais, burocráticas e comunitárias em contextos muito diferenciados (SILVA e FONSECA, 2010, p. 29).

Isso vale para a sala de aula do professor na Educação Básica e até para o universitário.

Mas e quando é o caso do professor sobre o futuro colega em processo formativo (na graduação de História, por exemplo), será possível “alguma autonomia⁶” (ou brechas, em nosso entendimento) a que se referem os autores?

A importância ao acesso àquilo que está além do cerceamento e mesmo do que desejam condicionar alguns mestres⁷, no experimento de impor aos seus pupilos, daquilo que está além dos muros da Universidade, do que se acessa na internet, do que se assiste na TV a cabo, e mesmo no trânsito, se estimulado, dentro mesmo dos espaços universitários, em intercâmbio com outros alunos e professores (se mais abertos ao diálogo), noutros cursos e áreas do conhecimento, em exercício da autonomia e da busca do saber sem fronteiras e porteiros ideológicas, deve ser melhor mensurado e avaliado no currículo a que os alunos de graduação deveriam ter acesso.

Talvez fosse interessante fazer cada vez mais disciplinas de outros cursos. O aluno de História poderia se aproximar mais da Antropologia, da Sociologia, das Artes, da Música, da Publicidade, do Direito, da Biologia, enfim.

E se deveria considerar que “A representação social é um produto cognitivo que mistura experiência, julgamento, conhecimento, afeto e resulta de uma interação social e socialização” (TUTIAUX-NILLON, 2011, p. 23).

Mas será que está nos planos da Universidade a formação de professores não doutrinários? E que sejam abertos ao diálogo e assim procedam com os seus futuros alunos?

Que tenham efetivas possibilidades para decentralizar a militância como mandamento e, assim ter condições sadias para sair da armadilha entre “as diversas visões” e “o condicionamento” a que o mestre, muitas vezes impõe?

De que formas (será que existem maneiras?) nós professores de História (e os nossos mestres) poderemos contribuir para um ensino que menos engesse

6 Segundo os autores, “[...] é necessário destacar o peso e a importância do ensino não escolar, representado por diferentes linguagens artísticas (Literatura, Teatro, Cinema, Música etc.), publicações de difusão, jogos e outros materiais associados à informática na formação de uma cultura histórica. Seria muito fácil descartar esse universo como mera ideologia. Cabe reconhecer sua multiplicidade qualitativa e intelectual (dos excelentes filmes de Luchino Visconti a alguns sites lastimáveis na Internet), estabelecendo diálogos reflexivos com os conteúdos que esse universo ajuda a consolidar como consciência histórica” (SILVA e FONSECA, 2010, p. 30).

7 Que se atente que, se defende a autonomia do professor para fazer a escolha dos conteúdos, isso faz parte de sua função, mas que a faça de forma crítica e, mesmo quando dos autores aos quais possui simpatia que, se realize da mesma forma a criticidade, apontando limites e alcances das obras, o contexto de produção, a organicidade ou não do autor, a questão da tradução, enfim, os aspectos relativos a obra e ao autor que quase sempre passam despercebidos, mas intencionalmente.

o aluno e que fique além de nossas expectativas teóricas e de prática político-partidária (quando é o caso, afinal há professores declaram suas preferências, mesmo dentro de sala de aula) para além de ser “de esquerda” ou ser “de direita”?

Uma possibilidade é apontada por Pedro Demo, para que possamos sair da armadilha que criamos, de impor uma única teoria como sendo a mais completa, que dê conta da totalidade da realidade e dos atores sociais envolvidos, para ele

[...] ser profissional hoje é, em primeiro lugar, saber renovar, reconstruir, refazer a profissão. Isto não denigre o desafio do domínio de conteúdos, mas, como esses se desatualizam no tempo, é fundamental saber renová-los de maneira permanente. Para os renovar, não basta conhecimento transmitido, reproduzido. É essencial saber *reconstruir* conhecimento com mão própria (DEMO, 2009, p. 11, ênfase no original).

Mas quem se arrisca a criticar Marx, sendo declaradamente um marxista, por exemplo?

Ainda mais, como será visto por seus pares este professor que tiver cometido esse pecado da heresia (é como muitos entendem, infelizmente) de criticar aquele que é, para eles, espécie de semideus?

E mesmo os teóricos daquilo que se entende por “direita”, como fazer a crítica a autores como os da Escola Austríaca, como os sintetiza Iorio (2017) tendo nos mais contemporâneos Friedrich Hayek e Ludwig von Mises, ou mesmo a John Maynard Keynes ou, ainda aos clássicos Adam Smith ou David Ricardo e não ser rotulado como “de esquerda”?

Mesmo outros autores como Max Weber, Eric Voegelin, John Rawls dentre muitos outros que poderiam ser citados, ou o pensamento anarquista contemporâneo ou mesmo aqueles autores ligados a alguma religião, como o professor dito “de esquerda”, sendo marxista, vê? Será possível diálogo? Como os ditos “de direita” veem também? Dialogam?

Há na Universidade brasileira esta abertura de crivo e crítica de obra e autores, independentemente do credo político daquele, com estudo profundo mas sem deslealdade, apenas com o intento de conhecimento, de dissecar o método de determinando autor e, a nós mortais, trazer demonstrações e mostrar o caminho trilhado por estes grandes mestres do pensamento humano, enxergando-os como pessoas de seu tempo⁸, normais, antes de tudo?

8 Como expõe corajosamente José de Souza Martins em tempos onde se virou tabu criticar certos autores: a “[...] sociedade, especialmente a sociedade em que vivemos, é constituída por uma diversificada tensão permanente, expressão das contradições que lhe dão vida. Isso pode levar à ilusão de que a sociedade existe para mudar, para ser revolucionada. Sim e não. Se a observarmos sociologicamente, veremos que os ímpetos de transformação são cotidianamente contidos pelos ímpetos de permanência das relações sociais e da reiteração das formas sociais. A sociedade contemporânea é mais conservadora do que revolucionária e todos, mesmo os revolucionários, são agentes involuntários da repetição e da permanência. O revolucionário Karl Marx nos costumes era um conservador” (MARTINS, 2014, p. 74).

3 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta foi uma tentativa de trazer apontamentos que inquietam o primeiro autor, especialmente quando em época de maior acesso a possibilidades teóricas e materiais a partir do que é disponibilizado na internet, muitos têm se fechado cada vez mais no reino de uma teoria só, onde imperam como entes sagrados (inacessíveis a crítica construtiva) espécie de semideuses com toda a corte, onde hierarquicamente desfilam do maior para o menor (ou o mais recente, o mais mastigado, na tradução e na escrita de comentadores) no acesso a conta-gotas, dosado, com recorte disso em detrimento daquilo, em privilégio ou silenciamento sobre aquele outro aspecto, em que há os censores que decidem o que se chega ao público mais geral (se o intento é a doutrinação e adulação do professor que se inicie pelo texto mais difícil, assim este sabedor que é oferece as doses de acesso aos pupilos, que agradecidos gravitam a sua volta, sem a necessária ousadia do confrontar, mesmo aos mestres), da seletividade do que deve passar ou não a respeito do autor, mais ou menos é o que se têm feito com os textos de Marx, a respeito de suas “fases”, notadamente há uma escolha e um silenciamento, principalmente nos movimentos sociais ou nas organizações políticas como é o caso do MST, em relação ao Marx “jovem”, aquele mais filosófico e dialético, dos escritos iniciais.

Há um paradoxo, nos parece, próprio de nosso tempo, justo aquele com maior acesso as obras, quando as pessoas dispõem de maior aprendizado, mesmo em línguas (e àqueles com maior dificuldade há cursos e sites que traduzem, softwares, enfim que facilitam a vida dos que têm curiosidade de saber e disseminar conhecimento e informação via internet), justo neste tempo nos deixamos condicionar em uma visão só da História e, assim, como que cavalos com viseiras (os antolhos) escolhemos olhar apenas para uma direção e ignorar as demais, ainda mais, agindo desta forma nos arrogamos a disseminar a ideia de que esta é a mais acertada visão da realidade, como que única e, pior, impassível a crítica.

A contribuição dos professores de História, especialmente na graduação, a disseminação de espécie de pensamento único quanto a autores, que são os da moda, aqueles que se deve citar, à “esquerda” ou à “direita” por agrado e conveniência (e para aprovação em revistas, por exemplo) e menos por necessidade crítica da escrita e do que sugere a realidade, deve ser melhor avaliada, reconhece-se o teor menos acadêmico desta escrita, em apontamentos, e prenhes de outro pecado capital quando em crítica, que são a partir da vivência do primeiro autor, donde se espera a clemência dos pares e a não resignação dos colegas do dia a dia de sempre da sala de aula, daqueles mais afoitos e rebeldes (no bom sentido, com a causa da defesa da aprendizagem, da formação que estimule a emancipação humana) que não aceitam a imposição da militância como se fosse mandamento,

afinal estamos em Estado laico, e isso é uma falácia (para além da contribuição da religiosidade na vida das pessoas) e que permite a ironia.

REFERÊNCIAS

DEMO, P. **Prática social, educação e cidadania**. 13ª ed., 4ª reimpr. Campinas: Papirus, 2017.

DEMO, P. **Professor do futuro e reconstrução do conhecimento**. 6ª ed., 3ª reimpr. Petrópolis: Vozes, 2009.

DEMO, P. **Ser professor é cuidar que o aluno aprenda**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2004.

GOODY, J. **El robo de la historia**. Trad. Raquel V. Ramil. Madrid: Ediciones Akal, 2011.

FRIGERI, M.; MONTEIRO, M. S. A. Qualis: incitando um debate sobre qualidade dos periódicos científicos no Brasil. In: MONTEIRO, M. S. A.; DIAS, R. de B.; CAMPOS, C. de. (Orgs.). **Novos horizontes em política científica e tecnológica**. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2014, p. 169-185.

FURTADO, C. **Criatividade e dependência na civilização industrial. Edição definitiva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IORIO, U. J. **Dos protoaustriacos a Menger: uma breve história das origens da Escola Austríaca de Economia**. 2ª ed., rev. e ampl. São Paulo: LVM Editora, 2017.

KANT, I. **Textos seletos**. Trad. Raimundo Vier e Floriano de S. Fernandes. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

LACAPRA, D. **Historia en tránsito: experiencia, identidad y teoría crítica**. Trad. Teresa Arijón. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

LEITE E FILHO, G. A.; MARTINS, G. de A. Relação orientador-orientando e suas influências na elaboração de teses e dissertações. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 46, ed. especial Minas Gerais, p. 99-109, nov./dez., 2006.

LEVINAS, E. **Humanismo del otro hombre**. Trad. Daniel E. Guillot. 1ª ed., 6ª reimpr. Madrid: Siglo Veintiuno Editores, 2009.

MARTINS, J. de S. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

MARX, K. La cuestión judía. In: **OME 5/Obras de Marx y Engels**. Dir. Manuel S. Luzón. Trad. José M. Ripalda. Barcelona: Editorial Crítica, 1978, p. 178-208.

PRIGOGINE, I.; STENGERS, I. **La nueva alianza: metamorfosis de la ciencia**. Trad. Manuel G. Velarde e María C. M. Sanz. 2. ed., 4. reimpr. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

SAES, F. A. M. de; SAES, A. M. **História econômica geral**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SILVA, M. A. da; FONSECA, S. G. Ensino de história hoje: errâncias, conquistas e perdas. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 30, n. 60, p. 13-33, 2010.

TUTIAUX-NILLON, N. O paradoxo francês: cultura histórica significativa e didática da história incerta. Trad. Cláudia M. B. Reis. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 36, n. 1, p. 15-37, jan./abr., 2011.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adventure games 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 62, 63, 64, 65, 66, 67

Alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 192, 193, 194, 271

Amapá 189, 190, 193, 194, 195

Amazônia 160, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 174, 189, 191, 192, 195

Apontamentos 96, 144, 148, 157

Assistência social 254, 255, 259, 261, 263, 277, 278, 282, 283, 284, 285, 286, 287

Atividades de aventura 16, 17, 18, 19, 22, 25, 27

B

Benefícios 19, 22, 76, 162, 235, 261, 277, 278, 283

C

Câmbio 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 253

Capital improdutivo 265, 266, 267, 275, 276

Capitalismo 66, 150, 190, 191, 199, 216, 220, 221, 225, 265, 269, 270, 273, 275

Comércio 104, 192, 210, 226, 228, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 246, 247, 250, 251, 266

Comportamento do consumidor 197, 201, 202, 208, 238

Comunicação 20, 23, 24, 67, 71, 86, 88, 95, 116, 131, 135, 137, 139, 142, 143, 154, 160, 161, 165, 166, 169, 170, 172, 173, 194, 197, 198, 200, 201, 202, 205, 209, 210, 237, 281

Comunicação integrada de marketing 202

Comunidade Quilombola de Piqui da Rampa 28

Crescimento 17, 68, 101, 119, 120, 122, 127, 128, 170, 176, 190, 192, 198, 200, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 242, 244, 266, 271, 273, 274

D

Decolonialidade 189

Demanda 31, 68, 69, 75, 83, 118, 120, 128, 205, 206, 224, 225, 227, 231, 232, 233, 237, 244, 249, 252, 261, 266

Desenvolvimento sócio econômico sustentável 28

Direito à educação 77, 78, 79, 80, 84, 85

Direitos 7, 37, 69, 72, 74, 76, 77, 80, 81, 84, 85, 88, 91, 115, 137, 139, 161, 164,

216, 217, 219, 220, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 268, 277, 278, 282, 285, 286

Discurso 94, 95, 98, 100, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 130, 132, 138, 142, 160, 164, 165, 167, 168, 190, 194, 195, 219

Documentações 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 12

E

Economia 29, 68, 69, 158, 166, 195, 198, 212, 213, 214, 215, 217, 218, 219, 221, 222, 223, 229, 240, 243, 244, 252, 253, 265, 266, 267, 272, 274, 275, 279

Educação infantil 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85

Educação popular 130, 132, 135, 136

Eleição 3, 165, 166, 174, 175, 176, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187

Emprego doméstico 254, 255, 256, 257, 258, 260

Empresas 54, 57, 58, 65, 68, 69, 72, 73, 74, 75, 128, 137, 158, 162, 174, 175, 178, 182, 186, 192, 198, 199, 200, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 217, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 237, 238, 252, 268, 269, 270, 271, 276, 280

Ensino superior 118, 120, 121, 122, 127, 128, 129, 262

Escalada em rocha 16, 17, 18, 20, 21, 22, 25, 26, 27

Escola 21, 22, 23, 79, 80, 84, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 110, 111, 112, 113, 114, 116, 117, 128, 138, 156, 158, 192, 265

Estratégia 52, 57, 63, 136, 160, 161, 165, 184, 186, 192, 202, 208, 223, 233, 235, 237

F

Fronteira 8, 106, 177, 192, 240, 241, 242, 243, 245, 246, 247, 248, 251, 252, 253, 275

G

Geopolítica 160, 162

Gestão Municipal 277, 282, 283

Governança corporativa 265, 268, 269

Graduação 23, 41, 66, 67, 92, 93, 116, 118, 119, 124, 125, 126, 127, 129, 148, 150, 153, 154, 155, 157, 195, 238, 287

I

Inclusão 72, 73, 76, 118, 122, 123, 129, 224, 258, 264, 267

Informação 2, 10, 19, 22, 42, 69, 86, 88, 91, 92, 108, 121, 122, 131, 140, 157, 169, 183, 254, 258, 259, 261, 262, 263, 267, 272

J

Janary Nunes 189, 190, 191, 193, 194

Jogos eletrônicos 42, 43, 44, 48, 50, 51, 62, 65, 66

L

Lazer 1, 2, 10, 12, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 25, 26, 27, 35, 71

Legislação 4, 12, 68, 69, 75, 179, 188, 216, 219, 247

Leitura 59, 61, 86, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 96, 136, 148, 180, 264

Líder religioso 130

Logística 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188

M

Marketing de relacionamento 197, 198, 199, 202, 203, 204, 206, 207, 208, 209

Maturidade 118, 119, 129, 198, 200

Mediador comunicativo 130, 132, 133

Mercado 30, 33, 36, 42, 44, 52, 57, 63, 69, 72, 73, 74, 76, 79, 87, 88, 121, 161, 162, 170, 178, 179, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 203, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 212, 214, 216, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 234, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 245, 247, 248, 252, 254, 255, 260, 263, 272

Microempresa 224, 225, 226, 231, 238

Ministério Público 77, 78, 82, 83, 85, 183

Modernidade líquida 197

N

Narrativa interativa 42, 48

P

Pessoas com deficiência 68, 69, 72, 74, 75, 76, 220

Pluralidade histórica 144

Poder Judiciário 77, 78, 79, 81, 82, 83, 84, 180, 181

Práticas alimentares 189, 190, 191, 193, 194, 195

Precarização 212, 216, 222, 223

Projeto 34, 38, 39, 40, 55, 132, 138, 142, 143, 174, 176, 194, 230, 251, 254, 255, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 277

R

Relações sociais 16, 32, 33, 36, 98, 99, 100, 101, 114, 121, 156

Rotulagem de alimentos 86, 88, 89, 90, 91, 92

S

Sentido de pertença 144

Sociabilidade violenta 94, 99, 100, 103, 109, 115

Sujeito 94, 95, 96, 97, 101, 102, 103, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 115, 116, 117, 128, 147, 161, 164, 165, 200, 248

T

Trabalho 3, 8, 22, 23, 25, 28, 29, 32, 35, 37, 38, 39, 65, 69, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 86, 88, 92, 93, 95, 96, 99, 100, 103, 104, 107, 110, 113, 114, 121, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 147, 150, 153, 177, 183, 187, 189, 192, 197, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 226, 228, 229, 238, 252, 254, 255, 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 264, 266, 273, 275, 277, 278, 280, 285

Turismo étnico cultural consciente 28

Turismo Internacional 1

U

Uberização 211, 212, 213, 216, 217, 219, 221, 223

Universidades 44, 86, 198

Urnas eletrônicas 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 183, 184, 185, 186, 187

V

Violência física 94, 95, 96, 98, 103, 106, 107, 109, 110, 114

Vistos 1, 4, 5, 7, 8, 9, 12, 13, 14, 15, 36, 65, 145, 161, 215

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade

www.atenaeditora.com.br 
contato@atenaeditora.com.br 
[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 
www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Ciências Sociais Aplicadas: As Relações como Meio de Compreender a Sociedade